

Gênero e sexualidade: a reprodução escolar, religiosa e social do poder e da violência simbólicos

ALEXANDRE VITOR CASTRO DA CRUZ

Mestrando em Educação pela UNIUBE – Universidade de Uberaba.

e-mail: alepeduniube2009@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade de cada indivíduo. Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construídas em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas.

A identidade de gênero de um indivíduo é o que possibilita sua constituição e vivência como sujeito social. Assim, gênero independe de sexo, sendo a identidade com a qual a pessoa se identifica, estando mais relacionado ao seu papel na sociedade e como ela se reconhece; é um fenômeno social e não biológico.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres (Bourdieu, 2002, pp. 9-10).

Butler (2008), afirma que o sujeito do sexo não é o sujeito do gênero. Isto porque o sexo biológico não é condição para a existência e vivência do gênero, ao contrário, o gênero se faz no corpo biológico, vivendo-o e não sendo condicionado por ele. A norma estabelecida no protótipo heterossexual impede o desenvolvimento de uma representação política de gênero, uma vez que a positividade das leis e suas características conceituais também sofrem com uma fundamentação heterossexual.

Aqui se propõe considerar a problemática de gênero e suas desigualdades como um processo e a forma como as diferenças adquirem significados de superioridade ou inferioridade dentro da estrutura de sistema de valores culturalmente definidos. Neste estudo, apresenta-se que as esferas educacional, religiosa e social são fortalecedoras da reprodução simbólica de poder, no que tange, particularmente, às questões de gênero.

A primeira reforça a superioridade hierárquica institucional e por ela tenta se manter no poder com os alunos. A segunda, a esfera religiosa, articula gênero com os dogmas de pecado preconizados pela Igreja. A terceira esfera, a social, reforça a supremacia masculina, em especial sobre a feminina, atingindo a questão de gênero como um todo, atribuída à natureza biológica do indivíduo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com pesquisa bibliográfica, tendo as ideias de Pierre Bourdieu como norteadoras para a busca da interface da simbologia com as esferas acima citadas. O referencial teórico é basicamente artigos seguros da internet e alguns livros de autores confiáveis.

GÊNERO NA HISTÓRIA

Faço, aqui, uma observação importante para a condução deste estudo: “[...] perceber o gênero é fácil, mas compreendê-lo é um grande desafio” (Connell; Pearse, 2015, p. 287).

Estudos apontam que o termo *gênero* começou a ser utilizado à medida que grupos engajados nas lutas feministas reconheceram as determinações biológicas implícitas no termo sexo e buscaram um conceito que abrangesse as dimensões psicológicas, sociais e culturais da feminilidade e da masculinidade. Gênero é um conceito relacional que considera as relações de poder entre homens e mulheres e indica que os papéis e subjetividades de ambos são construções sociais (Piovezan, 2010)

A questão de gênero está ligada à História, contracenando diretamente com vários movimentos, com as famílias e o patriarcado, com a Igreja e seu controle social e com as lutas feministas por direitos negados e subtraídos às mulheres.

O surgimento das relações de gênero como conceito científico está intrinsecamente ligado à história do movimento feminista, o qual vem pautando a condição da mulher nas sociedades ocidentais desde o século XIX (Torrão Filho, 2004)

Não se pode falar de gênero sem buscar na história os movimentos feministas. Louro (2003) considera o feminismo como um movimento social organizado, que deu início a várias lutas por direitos civis e sociais, com início no Oci-

dente no final do século XIX. “Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres” (Louro, 2003, p. 14-15).

O sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a “primeira onda” do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média [...]” (Louro, 2003, p. 15).

O período entre as décadas de 1960 e 1980 compreende um movimento que incorpora diversas frentes de luta, denunciando o patriarcado como forma de expressão do poder político exercido através da dominação masculina e da inferiorização das mulheres que ultrapassa o campo do privado, invade todos os espaços da sociedade e representa uma estrutura de poder baseada tanto na violência quanto na ideologia. É nesse período que se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres

Não se pode pensar o que é ser homem ou ser mulher sem atentar para a cultura. Isso se deve às reflexões das Ciências Sociais sobre gênero, a partir da década de 1970, marcando a ideia de que masculino e feminino não são características determinadas pela natureza, mas elaborações culturais que variam historicamente.

Sabe-se que as lutas femininas, no entanto, nem sempre foram bem aceitas socialmente, podendo-se dizer que a dominação masculina tem papel preponderante nessa questão, sendo esta bastante discutida por Pierre Bourdieu, francês de nascimento e um dos grandes sociólogos do século XX, com influência do pensamento de Karl Marx e Max Weber.

PIERRE BOURDIEU E A FORÇA DAS SIMBOLOGIAS

No prefácio de sua obra *A dominação masculina*, Bourdieu (2002) afirma que essa sua produção se apoia no grande número de trabalhos produzidos que são dedicados ao estudo das relações entre os sexos e que nela “põe em questão *explicitamente* a questão, obsessivamente lembrada pela maior parte dos analistas [...]”.

No que se refere à dominação masculina, o autor aponta ser ela perpetuada através de condições de existência intoleráveis, tornando-a aceitável e até mesmo natural. “Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas [...]” (Bourdieu, 2002, p. 3).

Para Bourdieu (2007), a sociedade é vista como um campo de batalha operando com base nas relações de força manifestadas dentro da área de significação. Atitudes, práticas, grupos de poder e de decisão, níveis de discurso, estruturação de imagens informam o campo ideológico de uma dada cultura.

O mundo vive a onda da globalização, com o sistema capitalista lançando seus tentáculos em todas as direções, no sentido de manter os bens materiais e imateriais (pode-se dizer simbólicos). Assim, a exploração em potencial, a discriminação, a exclusão se configuram como condições presentes na sociedade e são facilmente reproduzidos na escola, o que dificulta a emancipação dos sujeitos, anulando um espaço que deveria configurar-se como espaço ímpar de formação no sentido de abertura e ampliação de possibilidades de crescimento social com garantia de direitos iguais. Nesse percurso, prevalece a continuidade da exploração, a desigualdade, configurando-se como a não apropriação de condições favoráveis à emancipação e à oferta de oportunidades de forma equânime.

Em seus estudos, Bourdieu aponta que, nas sociedades onde existem classes e diferenças culturais, as classes burguesas trazem em seu bojo patrimônio cultural composto por normas de conduta, normas de expressão, valores, etc. Isso entre pessoas da dita classe trabalhadora é diferente, elas apresentam outras características que as identificam.

Pierre Bourdieu pesquisou as sociedades contemporâneas e as relações sociais que mantêm os diferentes grupos sociais, tendo o sistema de ensino como instituição que permite a reprodução da cultura dominante. Para ele, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção” e que

a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres (Bourdieu, 2002, p. 9).

O que se percebe nas escolas é a não valorização dessas manifestações diferenciadas, privilegiando valores culturais das classes dominantes. Para Bourdieu (2002), essa atitude da instituição escolar favorece alguns alunos, dando continuidade ao que esses já vivenciam, como sendo uma continuidade da família, em detrimento dos demais, que precisam se apropriar de concepções do mundo dominante.

A escola, muitas vezes, apresenta-se violenta, no momento em que impõe aos seus alunos uma ordem, uma restrição, ou seja, um enquadramento nos padrões preestabelecidos. Isso caracteriza-se como uma forma de violência, classifi-

cada por Bourdieu (2002) como nível simbólico. A educação, de certa forma, reproduz as desigualdades que se verificam na sociedade, por meio de mecanismos de dominação e da burocratização dos sistemas escolares.

O autor mostra como o acesso à cultura está relacionado ao nível de educação do indivíduo. Com isso, aquele que possui mais escolaridade acumula maior capital cultural. Neste sentido, Bordieu (1989) vê o sistema de ensino como reprodutor da estrutura cultural e social, mantenedora das relações de força e das relações simbólicas entre as classes.

Portanto, entende-se que o poder simbólico gera a violência simbólica, sendo que a segunda não se refere à violência física, mas àquela moral, silenciosa, que vai enredando o indivíduo até que ele se perceba de determinada maneira, ratificando o poder simbólico.

Connell e Pearse (2015, p. 56), em pesquisa realizada em espaço escolar, identificaram que

no reino do simbólico, os meninos também reivindicam poder. Eles tratam as meninas como fonte de contaminação ou poluição, por exemplo, ao chamarem meninos considerados inferiores de ‘meninas’ [...] Evitar proximidade física com uma pessoa [...] por ela ser fonte de contaminação é uma poderosa afirmação de [...] reivindicação de superioridade.

Os autores supracitados, em sua referida pesquisa, identificaram que situações de poder simbólico na escola aparecem logo nos primeiros anos de escolaridade, quando as crianças, em insultos homofóbicos, chamam um menino de “bicha”, aprendendo desde cedo, que essa palavra expressa hostilidade, mesmo sem compreenderem sua conotação sexual.

Isso mostra que, na escola, as situações de repúdio e ódio vivenciadas socialmente, até mesmo nas instituições religiosas, mesmo que de forma velada, são reproduzidas no ambiente escolar. Entende-se que há aí a conexão negativa das três esferas sociais.

Para Bourdieu (2002, p. 10), “é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica” e é esta diferença “socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça”. Assim,

caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (Bourdieu, 2002, p. 10).

No entanto, Bourdieu (1989) alerta para outra face da violência simbólica, que é o abuso da autoridade presente na instituição escolar, no trato pedagógico. Segundo o autor, a escola usa de seus poderes para impor a cultura das classes dominantes como legítima, privilegiando aqueles que já nascem inseridos nessa cultura e menosprezando aqueles que pertencem à outra cultura, que precisam despir-se de suas ideologias e aceitar as impostas por essa nova cultura. Caso contrário, são excluídos e ridicularizados, acabando sempre às margens da sociedade. Assim há também a imposição de uma violência simbólica perversa que humilha e oprime, que fere a alma e que muitas vezes traz consequências mais severas que a violência propriamente dita, aquele que fere o corpo.

No que se refere à Igreja, diretamente associada com as relações de poder, vale pensar que a força de seus discursos vem da necessidade de se naturalizá-los, demonstrando que as condições do sujeito são fruto da vontade divina, sendo, portanto, necessárias e inquestionáveis. Tal procedimento fortalece a credibilidade social dos grupos dominantes diante dos grupos dominados.

Bourdieu (2011) demonstra em seus discursos como a religião pretende construir concepções de mundo consagradas, isto é, um mundo reconhecidamente divino, que “desempenha a função simbólica de conferir à ordem social um caráter transcendente e inquestionável [...]”, residindo aí “sua eficácia simbólica e, ao mesmo tempo, sua função eminentemente política”; portanto, a religião: “[...] não fornece justificação para a existência humana abstrata, mas sim na forma tal como existimos em situações socialmente determinadas. [...]” (Bourdieu, 2011, p. 180).

A religião tem sua função social; sua capacidade de envolver os membros de uma sociedade e moldar seu comportamento faz com que sua eficácia seja efetiva. Suas “verdades” incorporadas fazem com que se tornem naturais, transformando-se em hábitos. “[...] Toda religião exerceria, assim, a função política de eternizar uma dada ordem hierárquica entre grupos, gêneros, classes ou etnias” (Oliveira, 2011, p. 180-181).

A religião contribui para a conservação da configuração social que notadamente explora a partir do trabalho e discrimina por processos históricos de desigualdade, mantendo grupos em situação subalterna, sendo necessário avançar no raciocínio de Bourdieu e compreender como se dão as relações no campo religioso.

As explicações dadas pela(s) religião(ões) são fundamentais para sua existência, desde que sejam entendidas como verdades pela sociedade ou pelos grupos sociais. Elas precisam atender a necessidades e ansiedades desses sujeitos, nas suas condições materiais, sociais e existenciais. Mais do que isso, as explicações religiosas necessitam estar de acordo com os interesses dos grupos dominantes, para que estes mantenham-se em tal situação e para que os grupos dominados compreendam a condição que lhes foi imposta. Para isso, as explicações religiosas atuam subordinando-se “às funções socialmente diferenciadas de diferenciação social e de legitimação das diferenças”, de modo que “as divisões efetuadas pela ideologia

religiosa vêm recobrir (no duplo sentido do termo) as divisões sociais em grupos ou classes concorrentes ou antagônicas” (Bourdieu, 2011, p. 30-31), contribuindo para a legitimação do poder dos dominantes.

[...] Em outras palavras, a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como estrutura natural-sobrenatural do cosmos (Bourdieu, 2011, p. 30-31-32).

A força religiosa/cristã apresenta-se como forte elemento de controle moral da sociedade, fortalecendo as relações de poder impostas pela dominação masculina, em uma sociedade regida por simbologias de poder e violência.

No que se refere a poder e dominação, as minorias sexuais sofrem, juntamente com as mulheres, discriminações e negação de direitos nos vários segmentos da sociedade. Natividade e Oliveira (2009) apresentam trabalho de pesquisa em que analisam iniciativas religiosas sobre o cuidado pastoral junto a pessoas LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. “É um trabalho abrangente sobre percepções e formas de atuação de cultos e igrejas, junto à diversidade sexual, privilegiando as vertentes católicas e evangélicas” (Natividade; Oliveira, 2009, p. 204).

A pesquisa foi a partir de dados coletados em sites da internet, pesquisas e entrevistas com “fiéis e grupos evangélicos ‘inclusivos’, egressos de congregações e igrejas cristãs ‘conservadoras’” (Natividade; Oliveira, 2009, p. 204). Os autores apontam que a acolhida e o cuidado para as pessoas LGBT apresentam uma dimensão e um discurso como estratégia de regulação da sexualidade. O repúdio à diversidade sexual observado, apresenta-se

como uma tentativa de supressão de formas de exercício da sexualidade dissonantes do modelo [...] O discurso evangélico em questão acolhe para ‘transformar’ e expurgar sexualidades e identidades consideradas indesejáveis, servindo para endossar a superioridade moral da heterossexualidade (Natividade; Oliveira, 2009, p. 224).

Os autores supracitados relatam na referida pesquisa que, no universo evangélico percorrido por eles, “apelos a conversão de gays e lésbicas são acompanhados de exortações morais sobre a necessidade de casar e constituir família cristã”. Foram identificadas medidas corretivas, nas quais se identifica que “aprender a jogar futebol é atividade essencial para homens gays obterem o restauro da hete-

rossexualidade”, bem como “mulheres lésbicas podem ser incentivadas no aprendizado de atividades femininas como cozinhar, lavar, passar, exercitando os atributos considerados naturalmente femininos do cuidado e da docilidade” (Natividade; Oliveira, 2009, p. 216).

Percebe-se aí o poder simbólico, um grupo dominante que se faz presente, usa de uma violência simbólica, sem, no entanto, buscar a melhoria de condições de um grupo de minoria dominada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que o poder simbólico se faz presente na sociedade, em especial na escola, corroborado por instituições religiosas, gerando o que se chama de violência simbólica, fazendo prevalecer as estruturantes impostas por classes e/ou instituições dominantes, tratar a questão de gênero nesse espaço torna-se um desafio.

As questões de gênero e a temática da sexualidade são vias privilegiadas de educação para a vida, uma vez que favorecem a atuação não só no nível das individualidades, mas também nos padrões de convivência interpessoal e de organização social, abrindo espaço para que as simbologias do poder e da violência estejam recentes nas discussões, dando visibilidade à dominação masculina, muitas vezes subjetiva e ratificada na sociedade por instituições que detêm a credibilidade dos sujeitos, como a(s) igreja(s), usando da fé e da necessidade de crer do ser humano para “tentar mudar” uma conduta considerada ruim por ser diferente. O poder simbólico da religião age com o indivíduo em detrimento de sua diversidade e do respeito às suas necessidades mais íntimas e pessoais. Há que se respeitar o sujeito, não o gênero da pessoa. Esse não é sinônimo de personalidade.

De nada adianta tratar o assunto da dominação masculina, do poder simbólico, da violência simbólica, tentar um diálogo aberto, se ainda há na sociedade resquícios de uma educação arcaica, pautada no medo, na repressão, na dominação, mesmo que velada, nas várias formas subjetivas de violência, reproduzidas quase de forma natural, nos espaços escolares.

Criar espaço para essas discussões na escola é muito mais que falar de diferenças anatômicas entre homens e mulheres, discutir a divisão de tarefas, direitos e deveres. Práticas e tabus referentes à questão de gênero são construções históricas e culturais da humanidade. Assim, pensar esse tema é o desafio de enfrentar dilemas, explorar ambiguidades, refletir posições, derrubar barreiras. Aí, o tema se coloca como desafio para a educação, pois não se trata de estabelecer padrões de comportamento ou de incluir mais uma disciplina no currículo escolar. A educação para essas questões diz respeito à reflexão sobre relações humanas na sociedade.

A escola tem a responsabilidade de não contribuir para o aumento da discriminação e dos preconceitos contra as mulheres e contra todos aqueles que não correspondem a um ideal preconcebido pela sociedade, como homossexuais, por exemplo. Por isso, educadores e educadoras são responsáveis e devem estar atentos a esse processo.

A escola é um local de agrupamentos importantes, de sujeitos sociais, em busca de conhecimentos. Estes conhecimentos, muitas vezes, não são de caráter conceitual, mas de informações necessárias à vida, à sua formação cidadã e podem orientá-lo para a tomada de decisões mais acertadas.

A construção de uma escola transformadora passa por um processo contínuo de trabalho que propicie ao aluno subsídios para sua vida fora da escola, ou seja, implica uma preparação do homem para uma nova forma de sociedade, uma nova forma de relacionamento humano, em que os valores e papéis sociais deverão ser entendidos dentro do seu próprio dinamismo.

Acredita-se que para falar de questões sociais na escola é preciso compreender o ser humano com manifestações psicoafetivas, individuais, que transcendem sua base biológica (sexo) e cuja expressão é normatizada pelos valores sociais vigentes; por isso as discussões são importantes para a implementação de uma educação de qualidade. O papel da escola é abrir espaço para a pluralidade de concepções, valores e crenças que possam se expressar para subsidiar o exercício com respeito às diferenças expressas por comportamentos e então favorecer a reflexão das informações, emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um.

É notório que educação deve ser verdadeira, deve ser uma educação dinâmica, isto é, pensada e praticada de acordo com o desenrolar de um tempo que vive em constantes transformações, no qual os educadores tenham consciência crítica de seu compromisso sociopolítico, considerando a escola dentro de um contexto histórico, e redescobrimo como um espaço público que, não sendo o único agente passível de mudanças, é um dentre outros onde a transformação pode ser pensada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. "Gênese e estrutura do campo religioso", in: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- Bourdieu, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomas. 1989. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B4UG_F2QeFUlcnZEM3NyZ01oZ0U/edit> Acesso em: 13 de mar. de 2017.
- _____. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 2007. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B4UG_F2QeFUIWm50c1cwZF9ka3c/edit> Acesso em: 13 de mar. de 2017.
- Butler, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização, 2008.
- Connell, R.; Pearse, R. *Gênero: uma perspectiva global*. Trad. e revisão técnica Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.
- Louro, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Disponível em <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>> Acesso em: 25 de fev. 2017.
- Natividade, M. T.; Oliveira, L. de. “*Nós acolhemos os homossexuais*”: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/download/504/420>> Acesso em: 03 de mar. 2017.
- Oliveira, Pedro A. R. de. “A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu”, in: Teixeira, Faustino. *Sociologia da religião: enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- Piovezan, G. *Notas sobre políticas públicas de gênero e educação*. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010 GT 6. Gênero e Educação. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/3.GustavoPiovezan.pdf>> Acesso em: 08 de mar. de 2017.
- Torrão Filho, A. *Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>> Acesso em: 03 de mar. de 2017.

Artigo recebido em 02/04/2017; aprovado para publicação em 02/08/2017

RESUMO: Sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade de cada indivíduo. O sujeito do sexo não é o sujeito do gênero. Neste artigo, as ideias de Pierre Bourdieu são apresentadas no que se refere ao poder simbólico e à violência simbólica. O artigo também discute como a dominação masculina, juntamente com essas duas simbologias, sustenta a prevalência do poder das classes dominantes, interferindo nas questões de gênero presentes na sociedade, refletindo na escola. O autor mostra como o acesso à cultura está relacionado ao nível de educação do indivíduo. Bourdieu vê o sistema de ensino como reprodutor da estrutura cultural e social, mantenedora das relações de força e das relações simbólicas entre as classes. A religião também tem papel preponderante nos jogos simbólicos de poder, muitas vezes acolhendo pessoas homossexuais com o único propósito de “reverter” ou “recuperar”. O papel da escola é abrir espaço para a pluralidade de concepções, valores e crenças que possam se expressar para subsidiar o exercício com respeito às diferenças expressas por comportamentos e então favorecer a reflexão das informações,

emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um. A força das três esferas aqui apresentadas pode mudar um quadro de hostilidade presente na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Dominação masculina. Poder simbólico.

ABSTRACT: Sexuality and gender are different dimensions that integrate each one's identity. The subject of sex is not the subject of gender. In this article, Pierre Bourdieu's ideas are presented with symbolic power and violence. The article also discusses how male domination, with these two symbologies, sustains the prevalence of class power dominance, interfering in gender issues present in society, reflecting in school. The author shows how culture access is related to individual education level. Bourdieu sees educational system as a reproducer of cultural and social structure, maintaining strength and symbolic relations between classes. School's role is to open space for plurality conceptions, values and beliefs that can be expressed to subsidize the exercise respecting the differences expressed by behaviors and then, favor information reflection, emotions and values received and lived during each one's history, and in the society.

KEYWORDS: Gender. Male domination. Symbolic power.